R E S O L V E:

Art. 1º Reverter ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará, nos termos dos arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº. 5.251/1985, o CEL QOPM RG 16218 JEAN MARCEL DA COSTA SALIM, por ter cessado o motivo que determinou sua agregação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de outubro de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2017/414419,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, ex-officio, SANDRA PEREIRA MARQUES, matrícula nº. 5892651/1, do cargo de Professor AD-4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2011.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2017/405466;

Considerando o Despacho Analítico nº. 0674/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, ex-officio, JOSUÉ LACERDA POMPEU, matrícula nº. 57213838/1, do cargo de Assistente Administrativo, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2017/432094;

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, ex-officio, MARIA DO ESPÍRITO SANTO NEVES DA CONCEIÇÃO, matrícula nº. 57174629/1, do cargo de Professor AD-4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2007.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2012/325411,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, ex-officio, MANOEL LUCIVAL DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº. 5826934/2, do cargo de Professor AD-4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2008.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2017/320490 ;

Considerando o Despacho Analítico nº. 0575/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, ex-officio, KARLA ADRIANA MENEZES GONÇALVES, matrícula nº. 57197281/1, do cargo de Professor Classe I, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de maio de 2008.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2017/323999;

Considerando o Despacho Analítico nº. 0651/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, ex-officio, DARCI JOSÉ LERMEN, matrícula nº. 5768675-2, do cargo de Professor AD-4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2009.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2017/307717;

Considerando o Despacho Analítico nº. 0629/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, ex-officio, MAURO FRANCISCO CARDOSO DOS SANTOS, matrícula nº. 54180394-1, do cargo de Professor AD-4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2004.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos X e XX, da Constituição Estadual, combinado aos arts. 128 e 129, inciso I, alínea "c", da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, e

Considerando os elementos informativos colacionados no Inquérito Policial Militar nº. 0000762-46.2014.8.14.0200, os quais conduziram ao indiciamento do CAP PM LUIZ CARLOS DA SILVA PONTES, policial militar, RG 26922 PM, CPF 576.041692-87, pois haveria, em tese, procedido incorretamente no desempenho do cargo, violando o sentimento do dever no exercício da função ou do serviço policial militar, a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe;

Considerando que, supostamente, o Oficial Justificante, teria determinado que policiais militares se deslocassem até o Município de São Félix do Xingu-PA e, de lá, embarcassem em um avião monomotor até a Fazenda Ouro Verde I, para servirem de segurança particular da propriedade do gerente e demais funcionários da mencionada fazenda, mediante o recebimento de vantagem indevida;

Considerando que narrativa fática conduz à violação, em tese, dos incisos III, IV, VII, IX, XI, XVIII, XX, XXIII, XXIV, XXVI, XXVII, XXXIII, XXXVI, do art. 18, c/c o § 1º, do art. 37, todos da Lei Estadual nº. 6.833/06 (Código de Ética e Disciplina da PMPA), bem como ao que estabelece o § 2º do art. 37, do

mesmo diploma legal, no tocante aos arts. 319 e 324 do Código Penal Militar;

Considerando as informações constantes do Processo nº. 2016/71456;

Considerando o Parecer nº. 391/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados, nos termos do que preceituam os arts. 129 e 131 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, para compor o Conselho de Justificação destinado a apurar as supostas faltas funcionais do Justificante CAP PM RG 26922

LUIZ CARLOS DA SILVA PONTES, os oficiais militares a seguir relacionados:

TEN CEL QOPM EDIVALDO SANTOS SOUZA, do CorCPR V – Presidente

TEN CEL QOPM JOÃO LUIZ DOS SANTOS, CPR V – Interrogante e Relator

TEN CEL QOPM KEYTHSON VALENTE GAIA, do 7º BPM – Escrivão

Art. 2º Fica afastado o Oficial Justificante CAP PM RG 26922 LUIZ CARLOS DA SILVA PONTES das suas funções, passando à disposição do Conselho de Justificação, nos termos do art. 130 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006.

Art. 3º O prazo para conclusão do presente procedimento é de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, nos termos do art. 133, combinado ao art. 123 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ DA CRUZ MARINHO

Governador do Estado em exercício

Protocolo: 250176

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA**PORTARIA Nº 1.450/2017-CCG, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017**

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/483863,

R E S O L V E:

I. exonerar EDICLEUZA ANDRADE DOS SANTOS do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Endemias de Centro Regional, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

II. nomear ALLINY DOS SANTOS FERREIRA para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Endemias de Centro Regional, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 1.451/2017-CCG, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/488514,

R E S O L V E:

I. exonerar CARMEM CILENE DA COSTA PAULA do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a contar de 1º de novembro de 2017.

II. nomear MURILO MOTA SALES para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a contar de 1º de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo: 250177